

O vazio e a memória dos Lavapés e Cambucis¹

The emptiness and memory of the Lavapés and Cambucis

Silvia Soler Bianchi*

Enrique Grünspan Staschower**

Resumo: O presente artigo aborda a região do Cambuci-Lavapés, cidade de São Paulo, enquanto área herdeira de práticas destinadas às periferias, mesmo que adjacentes às centralidades urbanas. Este território, no início do séc. XIX abrigava tropeiros e muare, que ao ingressar na modernidade industrial, ao começo do séc. XX, abrigou uma população de periferizados. Esta população presenciou mudanças sociais significativas, assistiu aos adventos da Greve Geral de 1917 e sofreu as consequências da Revolta de 1924. Os poucos empregos no território sofreram sob as consequências dos impactos da reestruturação econômica promovidos na cidade, culminando na região, com a retirada da Oficina e Garagem da *Light and Power*, promovendo um esvaziamento urbano, restando aos moradores as memórias expressas em práticas celebradas entre atabaques e sambas.

Palavras-chave: Lavapés; Cambuci; *Light and Power*.

Abstract: This article attempts to symbolically approach the territory of Lavapés-Cambuci, in the city of São Paulo, as an area heir to practices destined for the periphery, even if adjacent to urban centralities. This territory, at the beginning of the century. In the 19th century, it housed drovers and mules, which, when entering industrial modernity, at the beginning of the 20th century, XX, housed handymen, workers, lunchboxes and day laborers. This population of peripheralized people participated in the General Strike of 1917 and suffered the consequences of the Revolt of 1924. The scarce jobs in the territory suffered under the consequences of the impacts of economic restructuring promoted in the city, culminating in the region removal of the Light and Power Workshop and Garage, promoting an urban emptying of uses, jobs and interactions. Residents are left with memories expressed in practices celebrated between atabaques and sambas.

Keywords: Lavapés; Cambuci; *Light and Power*.

¹ A abordagem deste artigo, de princípio, trata de levar o leitor a percorrer as ruas da cidade de São Paulo, onde seus caminhos coloniais já apresentam a fragmentação e segmentação que a caracterizam hoje. Ao traçar estes deslocamentos, configuram como bairros operários – Lavapés e Cambuci – assistem a implantação da modernidade, às greves e às revoltas, que se expressam em pinturas e sambas – mas os relegam ao vazio e ao esquecimento.

* Doutora e mestre interdisciplinar em Educação, Arte e História da Cultura pela Universidade Presbiteriana Mackenzie. Especialista em Psicopedagogia e em Ciências Humanas, Letras e História. Licenciada em Pedagogia, História e Letras. Atualmente, é coordenadora dos cursos de Especialização Lato Sensu do Centro de Educação, Filosofia e Teologia da UPM e docente nos cursos de Graduação e Pós-Graduação, nas modalidades presencial e a distância na UPM. Possui experiência na elaboração e curadoria de materiais didáticos para graduação e pós-graduação, com foco em currículo, avaliação educacional e docência. Coordenou cursos de Licenciatura por 12 anos e foi professora concursada da Rede Estadual de Ensino por 8 anos. É membro titular do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (IHGSP), pesquisadora em grupos certificados pelo CNPq e avaliadora do BASis/MEC. Atuou como consultora da UNESCO e integra a comissão do programa “Lendo a Liberdade” (FUNAP). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0249556715476229>.

** Doutor em Ciências, Políticas Públicas e Gestão Participativa, pela Universidade de São Paulo; Mestrado em Filosofia de Culturas e Identidades Brasileiras pelo Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de S. Paulo; Graduado em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Braz Cubas; Docente pesquisador (RTT) e Coordenador do curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário Fundação Santo André (S. André – SP); Professor nas Áreas de Arquitetura, Urbanismo, Design e Comunicação não Verbal. Pesquisa e escreve sobre Reestruturação Produtiva e Reestruturação Urbana, Neoliberalização do Espaço Urbano. Professor Conteudista, Autor dos livros: “Arquitetura Brasileira – da Arquitetura Colonial às Divergências no Modernismo” e “Arquitetura e Urbanismo II – Paisagismo de Jardins e Plantas Ornamentais”; Membro do Conselho Editorial da Revista “FundAção”: Revista de Extensão Centro Universitário Fund. S. André. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0556350317026335>.

“[...] cidade e sociedade não são dois mundos, existindo um movimento recíproco entre ambas”.
(Fausto, 2003).

Introdução

Nas memórias e histórias impressas nas pedras e paredes, há a representação do trajeto da vila em metrópole, de um vilarejo sem pressa, para a paulicéia desvairada, quando São Paulo transfigurou-se em modernista, enquanto as rugosidades dos tempos passados, persistem em espaços, quando, mesmo aqueles que, aparentam ser irrelevantes, contribuem para dar significado, o *modus vivent* de seus habitantes.

No início do século XIX, a cidade possuía um clima que a caracterizava, parecido com o europeu, onde a garoa e o frio contribuíam para um clima romântico, como chamariz aos recém-chegados estudantes de Direito. Mas a situação urbana também impressionava pela pobreza, pelas casas de taipa, isoladas, pelas hospedagens simples e pela falta de higiene das ruas.

São Paulo era considerado um povoado sem atrativo algum, com casas malcuidadas, mesmo em suas ruas centrais, com sujeira espalhada por toda a cidade, com escasso espaço público, pela pouca iluminação nas ruas, ainda usando lampiões, de avermelhadas luzes a óleo, e com uma precária condição sanitária de esgotos a céu aberto, derramando-se no lento caminho rumo aos córregos Tamandateí e Anhangabaú, à procura de doenças e epidemias.

Se olhássemos aquele povoado sem atrativos através dos olhares daqueles estudantes de Direito à procura dos ares bucólicos e românticos, saindo das suas pensões ou repúblicas, junto ao Largo da Glória, rumo aos piqueniques e caçadas no Brás, na Várzea do Nicolau ou, mais além, na Chácara do Padre Adelino, veríamos que eles não tomariam o caminho pela íngreme Rua dos Ingleses, nem se atreveriam a cruzar os alagadiços do Tamandateí rumo ao aterrado do Brás, não lhes pareciam convenientes, estes destemidos românticos evitavam os baixios insalubres do Cambuci e Lavapés – mesmo que lhes encurtasse o caminho rumos às suas aventuras.

Para aqueles estudantes não afeitos às aventuras nos arrabaldes, bastava-lhes as jogatinas características da época, “Por outro lado no Cambuci [...] – os estudantes jogavam “o democrático marimbo e os aristocráticos *voltarete* e *lansquenete*”¹ (Bruno, 1954, p. 793).

Estes aventureiros estudantes, a caminho do arrabalde, tomariam um caminho mais longo, carregados de energia e sonhos românticos, prefeririam passar

ao largo do Hospital dos Alienados, cruzariam a Rua Tabatinguera, sob a sombra “byroniana” da torre da Igreja da Boa Morte – (vide figura 1).

Em meados daquele séc. XIX, o repique dos sinos desta torre não despertaria nestes enebriados românticos, à procura de aventuras, as lembranças de um príncipe que, também aventureiro, por eles fora celebrado ao entrar na cidade naquele final de tarde do sábado de setembro, em 1822, para receber as glórias no celebrado beija-mão pela recém-criada independência.

Figura 1 – Detalhe da Planta da Cidade de São Paulo em 1881



Fonte: Planta da Cidade de São Paulo em 1881 levantada pela Companhia Cantareira e Esgotos sob a direção do engenheiro Henry B. Joyner em escala 1:10.000 (disponível em <https://www.arquiamicos.org.br/info/info20/i-1881.htm>) Nota: figura editada pelo autor, com o possível trajeto dos estudantes de Direito, rumo ao Brás.

Para estes aventureiros, sejam príncipes ou estudantes, os limites urbanos da Cidade de São Paulo, eram definidos pelos alagadiços do Tamanduateí, com seus baixios, junto ao Córrego Lava-Pés, no caminho do Ipiranga. Nada significavam para eles os alagadiços; nada além da obrigatória parada dos viajantes, que ali buscavam remover de si, das roupas e das mulas, uma identidade poeirenta acumulada no caminho entre o litoral e a capital – daí o nome do córrego, atribuído à higienização, para a devida adequação à estética urbana.

Os viajantes que chegassem à capital eram recebidos conforme sua posição social, alguns com acenos e rojões, outros com a necessidade de higiene, conforme relata Bruno:

...o cruzamento do riacho Lavapés, cujo nome como se sabe se originou do fato de marcar o local onde os roceiros lavavam os pés para entrarem na cidade. Sabe-se que quando eram viajantes ilustres os que transitavam pelo Caminho do Mar em direção a São Paulo – particularmente governadores ou bispos – a sua aproximação se anunciava por acenos, rojões e outros sinais dados por pessoas que ficavam na estrada e eram observadas por vigias do alto da torre da igreja da Boa Morte. O templo da rua do Carmo, por sua posição, dominava toda a baixada que se estendia a leste e ao sul da cidade (Bruno, 1954, p. 584).

Estes viajantes desvestiam-se do trajeto rural, assumiam ares citadinos, de uma capital encarapitada na colina histórica. Esta cidade relegava às suas periferias, margens, baixios e alagadiços, aqueles excluídos, tal como o pó da estrada, que não participavam da imagem pretendida de cidade, naquele triângulo contido entre as igrejas.

Assim as encostas das colinas da Glória e seus baixios, em direção ao Lavapés, abrigavam tropeiros e muares, em currais e albergues – aqueles que não seriam recebidos na capital com acenos, rojões e outros sinais, nem receberiam nos seus trajetos românticos estudantes.

A paisagem naquele trecho, guardava vegetações arbóreas da Mata Atlântica, floridas, como quaresmeiras e manacás, ou frutíferas, como o cambuci, que se acomodaram e se propagaram. Já que, aquele trecho, continuaria sem adensar a expansão urbana de uma cidade que, naquele final de século, sequer sonhava ser metrópole, ainda se surpreendia com a linha férrea ligando cafezais ao porto, soltava seus vapores na outra vertente do Tamanduateí.

O Cambuci

O percurso tortuoso e alagadiço do córrego do Cambuci nasce da confluência dos córregos Pedra Azul e Aclimação, quando abandona o lago da Aclimação. Graças à topografia irregular dos afluentes do Tamanduateí, na sua margem esquerda (Cambuci, Anhangabaú e Saracura), o alagado junto ao centro, entre as Ladeira do Carmo e Porto Geral, demandou projetos urbanos de parques, áreas de recreação e retificações – mas elas não atenderam os baixios do Lavapés e Cambuci.

Dentre estes projetos, destaca-se o do Governador João Teodoro Xavier, em 1872, que abriu a rua do Conde d'Eu (atual Rua do Glicério), ligando a

Tabatinguera ao Lavapés, somando-se às ambiciosas ligações entre Brás e Luz, e Pari ao Gasômetro (Bruno, 1954).

Os limites do território do Cambuci e Lavapés guardam, no seu perímetro, simbolismos de punição, tortura e sofrimento, já que seriam limítrofes com o Cemitério dos Aflitos (hoje removido), o conjunto formado pelo Largo da Força (atual Praça da Liberdade) a Igreja Santa Cruz das Almas dos Enforcados e ao lado da Capela de Nossa Senhora dos Aflitos, (ambas remanescentes).

Em 1861, a região onde hoje se apresentam as esquinas das ruas Clímaco Barbosa e José Bento, levou o poeta Fagundes Varela a se inspirar e a escrever “Ruínas da Glória” (1862), ressaltando o abandono de uma região deteriorada.²

Um outro evento que vale a pena registrar também se deu em um sábado, no dia 7 de janeiro de 1899, quando tomou posse o primeiro prefeito da capital, um fazendeiro-empresário, que teve como propósito afrancesar a capital com parques, avenidas, teatros, iluminação pública, bondes elétricos e infraestrutura. Porém, para os bairros aristocráticos, onde a distinção e poder se expressavam na legislação de recuos e alinhamentos, assim, a gestão de 12 anos, do Conselheiro Antônio Prado – sua gestão passaria ao largo dos baixios da Glória, Lavapés e Cambuci.

Esta cidade que se transformara desde que por ela passara a linha férrea, conectando o porto aos cafezais do interior, conheceria um surto de crescimento urbano, porém de maneira descontínua, conforme menciona Petrone:

Todavia, grandes espaços vazios continuavam a existir, separando as zonas mais densamente ocupadas, em plena cidade. [...] Correspondem a áreas de topografia movimentada e irregular, onde se situam as cabeceiras de ribeirões afluentes da margem esquerda do Tamanduateí (como o Lavapés, Anhangabaú, Saracura etc.). De um modo geral a cidade continuava a formar blocos que davam a ideia de várias pequeninas cidades sucessivas e sucessivamente agrupadas, dentro de um perímetro constituído por uma periferia instável (Petrone, 1958. p.119).

Ao início do séc. XX, a cidade possuía aproximadamente 240.000 habitantes, mas espalhava-se de forma descontínua, criando vazios entre regiões. Este espalhamento devia-se, em parte, à aprovação do Código Sanitário Estadual de 1894³, e resultou no veto de habitações coletivas no núcleo central, relegando para os territórios periféricos e seus alagadiços as habitações coletivas e “higiênicas” – preferencialmente relegadas a vilas operárias. Assim, a cidade espalhada e fragmentada criou vazios destinados aos despossuídos, na cidade informal (Pallamin, 2015).

A linha férrea marcaria os bairros da outra margem do Tamanduateí, quando poucas décadas depois, ao final do séc. XIX, brotariam moinhos, depósitos e indústrias, ligadas por bondes “caradura”⁴ que, servindo áreas longe do centro, transportariam por um tostão, (vide figura 2) operários morando longe do triângulo histórico, habitando casinhas, cômodos ou cortiços, no bairro de Santa Ifigênia, ou interstícios do Pari e Bom Retiro, onde acolheram o influxo dos imigrantes vindo do interior.

Figura 2 – Bonde da linha Penha para “operários”, pela metade do preço, na Avenida Rangel Pestana, cruzamento com a Rua Piratininga em julho de 1916.



Fonte: Acervo Fundação Energia e Saneamento. Foto: Guilherme Gaensly.

Entre 1895 e 1915, os bondes circulavam por toda a cidade, havia linhas que saía do Largo do Tesouro, uma atravessava a Várzea do Carmo, entrava pela rua do Gasômetro, dobrava à direita e parava diante das estações do “Norte e da Inglesa” e podemos encontrar uma outra descia a Rua da Glória até o Largo do Cambuci (Americano, 2004), nos mostrando como a região já era bastante movimentada.

As casas acanhadas em ruas sem pavimentação não mais assistiam às lavagens dos tropeiros e viajantes, agora passavam a assistir às interconexões por bondes, charretes e automóveis, em direção a loteamentos bem servidos, como o Ipiranga e Aclimação, ou centrais como a Liberdade.

Estes novos modais apagavam os traçados coloniais, embotavam os córregos, enquanto escasseava o cambuci – para estes, sobraram os parques quintais e lembranças solidárias ao nome, que era o companheiro da aguardente amarga, para aqueles biscateiros, mascates, marmiteiros e diaristas que buscavam se encaixar em uma cidade que prometia modernidade a todos, mas entregava-a somente a alguns.

As estatísticas oficiais das primeiras décadas do séc. XX apontam o baixo dinamismo urbano do Cambuci⁵, já que ele somava, em 1911, 0,4% das edificações da cidade (Hubner, 2020). Seguramente, estas edificações aglomeravam-se junto à interconexão dos caminhos que conduziam do Centro ao Ipiranga e à Aclimação (Kuvasney, 2016), conformando o Largo do Cambuci (figura 3), parco espaço público confinado entre cinco ruas, onde o comércio atendia àqueles que se deslocavam ao emprego, na indústria, com compras a dinheiro ou “na caderneta”.

A indústria

Empregos na indústria eram poucos no Cambuci, talvez na fábrica de chapéus dos irmãos Dante e Lamberto Ramenzoni, fundada em 1894, à qual se somou, a partir de 1900 no Ipiranga, com a instalação da Fiação, Tecelagem e Estamparia Ypiranga, dos irmãos Jafet.

A fé do Lavapés e Cambuci buscava guarida na Igreja da Glória, construída sobre uma elevação, junto à encosta que leva à Aclimação, entre 1884 e 1893, bem próxima ao largo – oficializado como Largo do Cambuci ainda em 1916.

As indústrias tinham uma referência de peso na São Paulo *Tramway Light and Power Company Limited*, empresa de capital canadense-anglo-americano, que recebeu autorização federal para se instalar, em 1898. Ela recebeu a concessão de fornecimento e produção de luz elétrica e força motriz, que viria a mover a energia destas novas indústrias.

A *Light and Power*, que instalara os bondes elétricos em 1901, em 1914 montou sua Oficina e Garagem em galpões que abrigavam bondes e trilhos no Cambuci (figura 5), onde iniciou a fabricação de postes de iluminação, reparos de equipamentos de bondes e turbinas de usinas hidrelétricas, além de serviços de marcenaria – uma considerável garagem de bondes com quase 160.000 m² (Hubner, 2020).

Esta companhia, *Light and Power*, seria um dos mais incisivos agentes de urbanização na primeira metade do século, junto com a *City of São Paulo Improvements and Freehold Land Company Limited* (1911),⁶ com sede em Londres e escritórios em Paris e São Paulo, que, em 1912 compraria 12 milhões de m² em terrenos, destinados a loteamentos de alto padrão, fazendo-a detentora de 37% da área urbana da capital.

A associação destas duas companhias estrangeiras gerou grandes benefícios, quando determinaram os modelos de urbanização, com espraiamento e diferenciação de tratamento, em uma cidade em expansão, que ainda buscava lidar com seus córregos, suas enchentes e as duras consequências advindas delas, conforme apresenta Santos:

Para os então proprietários de terras atingidos pelas enchentes, os efeitos variaram segundo sua condição econômica. À Cia. *City*, por exemplo, empresa imobiliária fundada no início da década de 1910 com capitais estrangeiros e que possuía largas extensões de terras na região, coube contestar o critério da linha máxima, pois atingira seus terrenos. Logo, foi firmado um acordo entre as duas empresas no qual coube à *Light* ressarcir-la empreendendo uma linha de bondes no bairro do Pacaembu, contemplando um importante loteamento da *City* com um serviço público que agregava valor aos imóveis ali comercializados.

Aos pequenos proprietários, contudo, o procedimento foi outro. Segundo a legislação que tratou do tema, cabia à *Light* oferecer em hasta pública os terrenos saneados após a canalização do rio, porém, dando a devida prioridade de compra aos antigos proprietários. A empresa canadense, porém, tratou de fazer acordos de desapropriação individualmente com vários deles, impondo-lhes cláusulas nos quais eles abriam mão do direito de compra.

Assim, a *Light* conseguiu impor tais prerrogativas e efetivamente assumir a propriedade das áreas contíguas ao rio Pinheiros, incorporando ao seu patrimônio um total de 20.779.443 de metros quadrados (m²), dos quais 4.015.360 m² foram utilizados para a concretização do projeto de retificação, incluindo o canal, as linhas de transmissão, estrada de ferro e avenidas. Do restante, cerca de 16.764.083 m², apenas 10% retornaram aos antigos proprietários. Atualmente, a Cidade Universitária, o Jóquei Clube, o bairro do Jagaré estão sobre as áreas que antes abrigavam as curvas e as várzeas do rio Pinheiros, que se estendiam por aproximadamente 20 km até Santo Amaro, com largura média em torno de 1 a 1,5 km.³² Foram aproximadamente 25 milhões de m² de terras disponibilizadas ao mercado imobiliário com a retificação do rio Pinheiros (Santos, 2010, p. 20, tradução própria).

No entanto, a importância das oficinas da *Light* no Cambuci era tributária do esforço e dedicação de seus operários, mas nem sempre retribuído em salários

condizentes aos lucros obtidos, uma vez que, graças às dificuldades de importação e qualidade das peças recebidas, o sistema de transporte por bondes residia na sua capacidade de reverter problemas por criatividade, improviso e esmero, conforme detalha Sávio:

A construção das oficinas da empresa, localizadas na Rua dos Lavapés, no bairro do Cambuci, em S. Paulo, foi o embrião daquilo que poderíamos chamar de investimentos em P&D (Pesquisa e Desenvolvimento) no Brasil. Os trabalhadores das oficinas eram os responsáveis por encontrar soluções para a escassez de peças e materiais vários, como madeira para a instalação de trilhos. Com a rápida expansão da rede de bondes, o número de problemas envolvendo as máquinas utilizadas pela empresa se ampliou. As soluções, invariavelmente, partiam dos testes feitos nas oficinas da empresa e na utilização de novos materiais, nem sempre os mais adequados para as necessidades do uso para garantir tráfego seguro dos bondes ou na distribuição da eletricidade (Sávio, 2015, p. 10).

A localização das oficinas na região somava-se à outra instalação de infraestruturas ali próximas, mas na outra margem do Tamanduateí, já que em 1869 por iniciativa do Barão de Mauá, a companhia inglesa, The São Paulo Gas e Company Ltd, também formada em Londres, foi instalada na região do gásômetro, junto ao Brás, contribuindo para iluminar a cidade – já que a eletricidade chegou aos logradouros somente em 1911.

A simbiose e o entrelaçamento de interesses dessas companhias estrangeiras, somados aos membros da oligarquia político-fundiária da municipalidade, criaria loteamentos. Estes eram baseados em padrões europeus, alimentados por infraestrutura urbana, financiados por subsídios e isenções, que atendiam padrões estéticos de cidades-jardim inglesas, culminando por descompactar ainda mais uma cidade espalhada – pareceria aos viajantes desatentos um amontoado de pequenas cidades, com vazios à espera de ocupações ou valorizações (Oliva; Fonseca, 2016).

As indústrias instalaram-se próximas às linhas férreas, à procura de terrenos baratos, com a possibilidade de capilaridade de transporte no abastecimento e distribuição. Assim, espaços fragmentados da cidade, no Brás, Mooca, Belenzinho, Pari e Bom Retiro, receberam um adensamento de galpões e moradias – estas últimas caracterizadas pela autoconstrução, loteamentos irregulares, lotes estreitos, sem calçamento ou infraestrutura, sem saúde, lazer ou educação. Sedentos operários à procura de oportunidades, como imigrantes, escravos libertos ou migrantes, sujeitavam-se a trabalhar entre 10 e 12 horas diárias, mesmo mulheres e adolescentes. As fraturas sociais expõem-se em cidades segregadas espaçadas por vazios urbanos.

As indústrias não detinham apuro técnico, assim demandavam dos operários um esforço redobrado para suprir carências tecnológicas, com alto risco de acidentes, em longas jornadas de trabalho, sob condições precárias e com baixos salários. Em 1920, o operário paulistano trabalhava 10 horas diárias para receber 4 mil Reis (equivalente a US\$ 0,60). Não havia férias, aposentadoria, adicional noturno ou descanso semanal. Mulheres e crianças desempenhavam as mesmas funções dos homens, porém, recebendo menores salários.

Estas indústrias de fiação, tecelagem ou alimento, baseavam sua produção em uma mão de obra de baixíssima regulamentação trabalhista. Seus amparos e salários eram irrisórios, e até mesmo os locais de trabalho eram mal iluminados e insalubres. Por isso, as insurgências despontaram através de ligas operárias organizadas em bairros, que levaram a mobilização e greves pontuais nos anos de 1906, 1907, 1912, até desaguar na Greve Geral de 1917.

Inflamados por jornais de cunho anarquista e socialista, como “La Bataglia” ou “Livre Pensador” ou “Terra Livre”, o movimento de 1917 iniciou-se com um protesto contra a extensão da jornada de trabalho na fábrica Crespi, na Mooca, em sequência pararia a Fiação, Tecelagem e Estamparia Ypiranga, espalhando-se pela cidade. A truculenta resposta da Força Pública, buscando reprimir os protestos frente à fábrica Mariângela, no Brás, causou a morte do sapateiro espanhol José Martinez, de 21 anos, em 9 de julho.

No féretro desta jovem vítima grevista, as turbas nas ruas foram tomando vulto, à medida que avançava o cortejo fúnebre, cruzando do Brás até o cemitério do Araçá, literalmente parando uma cidade claramente rebelada. A sublevação espalhou-se por fabricas de setores diversos, de mobiliário a bebidas (Toledo, 2015).

Devido à continua agressividade da Força Pública, o recrudescimento da paralização foi inevitável, já que a notícia desta morte parou 35 indústrias e 15 mil operários. Sob forte comoção, os operários do Cambuci pararam suas máquinas na Ramenzoni e no Pátio da Oficina e Garagem da *Light*, afinal, o bairro era composto, em boa parte, por trabalhadores e líderes anarquistas que ali também residiam. Estes moradores juntaram-se às manifestações espalhadas pelo Largo da Concórdia e Centro, onde não faltaram brigas, tiros, saques, barricadas e, principalmente, ataques à Força Pública, demonstrando a incapacidade do governo de lidar com manifestações

O descontrole transformou-se em pânico nos bairros abastados, no comércio e na administração municipal – o Comitê de Defesa Operária parecia, também, não dominar seus quadros, dividido em diversas vertentes. Porém, a ampliação da greve

e sua abrangência obrigaram os patrões em dar reconhecimento às organizações operárias como suas legítimas representantes, algo inédito até então.

No bairro Cambuci – Lavapés, a maior parte da população era de assalariados e remediados, negros e imigrantes. Eles tomaram as poucas ruas do bairro, mas que eram de suma importância, uma vez que interligavam o bairro ao Centro, à Liberdade, à Aclimação e ao Ipiranga⁷. Também aproveitaram para se associar às reivindicações, somando-se à desesperada necessidade de esperança, na promessa da modernidade, tão prometida e até o momento não alcançada.

A negociação fez-se através de uma comissão mediadora, sugerida pelo Capitão da Força Pública, Miguel Costa, favorável aos grevistas, onde a imprensa obteve consenso entre as partes; do lado patronal presentes industriais, como Crespi, Street, Siciliano, Gamba e Ermelino Matarazzo, e por parte dos operários o Comitê de Defesa Proletária – há de se destacar que os compromissos do Estado e Município se deram em separado através de jornalistas (Toledo, 2015).

Negociaram-se a volta ao trabalho, com o compromisso de regular o trabalho noturno, especialmente para os menores e mulheres; aumentar as feiras livres, “conter a carestia” e a liberdade dos grevistas presos. Poucos meses depois, os líderes foram novamente presos ou exilados. Com o retrocesso e a truculência das autoridades, as marcas de 1917 ficariam na lembrança da ocupação das ruas do Cambuci, nas notícias da Revolução Russa, no final da Iª Guerra Mundial e nas subsequentes agitações e greves de 1919, 1920 e 1921 (Toledo, 2015).

O trabalho operário no Cambuci era motivo de orgulho – ao menos para os artistas modernistas, no caso do pintor Mário Zanini (1907-1971), participante do Grupo Santa Helena. Este sentimento de pertencimento à classe operária e ao universo do trabalho, de Zanini é expresso nas palavras de Freitas:

Mário Zanini era filho de imigrantes italianos, nasceu em São Paulo e viveu quase toda sua vida na Rua Ana Neri, no Cambuci. Em frente a seu quarto de infância ficavam os paredões da fábrica Minetti-Gamba, trazendo as chaminés para seu repertório visual logo nos anos iniciais de sua vida. Em 1920, o artista estudou ainda adolescente, na Escola Profissional Masculina do Brás, a mesma em que esteve Reboló Gonsales e Volpi. Entre 1922 e 1924, Zanini trabalhou na Companhia Antártica Paulista, confeccionando letreiros para variadas aplicações (Freitas, 2011, p. 4).

No entanto, não cabia somente às artes plásticas a representação do bairro, as ruas do Cambuci, especialmente a rua do Lavapés, era tomada regularmente, não somente por manifestações e reivindicações, mas por foliões e torcedores. Portanto,

há quem considere o bairro do Cambuci o berço do anarquismo, visto que junto com o Braz e a Mooca, o Cambuci foi um dos bairros mais atingidos pelas lutas que se sucederam até desaguar na revolta de 1924.

As ruas e a revolução

As ruas não eram somente representações plásticas de Zanini, mas locais de apresentação das rodas de samba, herdeiras dos batuques e cerimônias religiosas de escravos, em homenagem a São Benedito e Nossa Sra. do Rosário. Ao som de tambores e atabaques, reuniam-se as irmandades, sociedades, agremiações, escolas de samba, times de futebol em salões de baile, locais de expressão dos excluídos, como negros e imigrantes – onde mormente cabia às mulheres a visibilidade na organização da parentela em cultos, comemorações e festas, que culminariam em ranchos, cordões, escolas de samba, torcidas e times de futebol (Araújo, 2012).

O futebol na rua organizava-se nas disputas de várzea, que por fim levaram à criação do Clube Atlético Ypiranga em 1906 – que, inclusive, teve a participação, em 1910, do primeiro craque brasileiro, Arthur Friedenreich. Entretanto, o futebol e o samba seriam suspensos em outubro de 1918, assim como tantas outras atividades, em decorrência da Epidemia de Gripe Espanhola. A epidemia ceifaria, na capital, de setembro a outubro de 1918, 5400 vidas – 1% dos paulistanos.

Para aqueles que sobreviveram à Epidemia de Gripe Espanhola, o ano de 1922 traria aos moradores do Cambuci a oportunidade de assistir a multidão que lotava os Bondes da linha 23 a caminho da inauguração do Monumento da Independência, junto ao riacho do Ipiranga – mas ainda incompleto. Este monumento inacabado e controverso – a ponto de ser chamado por Mário de Andrade “colossal centro de mesa de porcelana de Sèvres” – ao menos seria capaz de fazer companhia ao solitário edifício do Museu de História Natural,¹ (vide figura 3) encarapitado na colina, solitário desde sua inauguração em 1895 (Toledo, 2015).

¹ Atual Museu Paulista – conhecido por Museu do Ipiranga.

Figura 3 – Vista do Museu de História Natural (1906)



Fonte: Acervo Fundação Energia e Saneamento. Foto: Guilherme Gaensly. Nota: visto desde a atual R. Bom Pastor, durante a instalação dos trilhos da Linha de Bonde nº 23, onde denota-se o vazio do bairro do Ipiranga.

Se o bairro do Cambuci nunca chegou ao papel de protagonista, na história da capital, em julho de 1924 alcançaria, ao menos, o papel de vítima, graças à nova revolta – agora seria Tenentista. O fim da República Velha viria seis anos depois, com insurgências por voto secreto, reformas no ensino público, poder político ao exército, fim da corrupção e destituição do presidente, – elas já estavam presentes em 1924, elas caíam no colo do advogado da Cia. Light, enquanto também presidente do Estado: Carlos de Campos.

A Revolução de 1924 fora conduzida por um general reformado, baixinho e risonho, Isidoro Dias Lopes. O levante das tropas contou com a ajuda do capitão da Força Pública, Miguel Costa – aquele simpático aos grevistas em 1917. Assim, na manhã de 5 de julho de 1924, os quartéis de Santana e da Luz iniciaram o bombardeio do Palácio dos Campos Elíseos, residência oficial do presidente do Estado. Carlos de Campos e alguns membros do governo resistem ao bombardeio por três dias, até conseguirem fugir para a Penha.

A desordem, o desconhecimento da cidade e a falta de preparo dos revoltosos permitiu o desabastecimento, a interrupção dos serviços públicos e os saques – inclusive de edifícios públicos. Agrava-se a situação quando em 10 de julho as tropas legalistas ocupam posições nos pontos altos da Penha e Ipiranga com os revoltosos – quando buscavam desalojar as posições dos revoltosos na Mooca e Belenzinho através de canhoneiros, porém não se demonstraram nem eficazes nem certos.

Bairros nobres ou populares sofreram com danos marcantes – talvez estes últimos, ainda mais marcantes, graças à sua menor resiliência. Cambuci, Liberdade, Aclimação e Vila Mariana tiveram moradores removidos e abrigados sob barracões de lonas; enquanto Higienópolis e Campos Elíseos viram seus moradores buscarem abrigos nas fazendas de café. Famílias buscavam a fuga acampando nas estações da Luz e Sorocabana; outras a pé se abrigaram junto a tropas federalistas em São Caetano e Santo André, em frias noites de julho, com poucas provisões. Registraram-se quase 300.000 pessoas deslocadas.

Uma linha de defesa montada no Cambuci resistia. Ela ocupava a torre da Igreja da Glória, à margem da Rua dos Lavapés, que atacava os legalistas com fogo de metralhadora. Por ironia, esta torre de igreja apresenta ameias tal qual castelo medieval, privilegiando uma boa defesa e uma vista dos avanços legalistas – assistiria a um sangrento combate (vide figuras 7 e 8). A duvidosa pontaria legalista não somente atingiria a torre, mas também a igreja, o casario em volta do outeiro e as casas do Lavapés (Toledo, 2015).

O Cambuci pagaria um alto preço para protagonizar a derrota e a retirada dos 3500 revoltosos da capital em 28 de julho, que rumariam ao sul para se juntar à Coluna Prestes-Miguel Costa. Os legalistas se deram conta da retirada quando ouviram o repicar dos sinos das igrejas e as sirenes das fábricas. No Lavapés e Cambuci a torre da Igreja da Glória permaneceria muda e esburacada, a sirene da fábrica Ramenzoni pouco teria a comemorar, com a perda de operários. Um novo vazio (não mais aquele urbano) somara-se à periferia e ao pó lavado pelos viajantes do séc. XIX, soma-se ao vazio dos falecidos ou desaparecidos, ao vazio de esperanças irrealizadas – a percussão dos tambores e atabaques suplantaria o som das sirenes e sinos.

A desorganização espacial do Cambuci não se restringiria às consequências da Revolta de 1924, mas às transformações de uma urbanização espraiada, onde os bairros populares surgiam cada vez mais longe do centro, com seus moradores dependendo do transporte para chegar aos empregos.

Neste cenário, a partir de 1926, o transporte público recebe uma miríade de empresas de ônibus, sem a devida organização ou manutenção; como consequência desta concorrência, os bondes da *Light* deixam gradualmente de ser interessantes à Cia, conforme detalha Virgílio:

A crise de transportes teve suas origens em 1927, quando a Prefeitura rejeitou o plano da Light para uma revisão completa do sistema de trânsito em troca do monopólio do transporte público na cidade pela

empresa. A partir de então, a *Light* desistiu de aumentar ou renovar suas linhas de bondes (Virgílio, 2010, p. 56).

Mesmo com um aumento de mais de 40% no número de passageiros, no período que antecedeu a expansão industrial automobilista, entre 1934 e 1940, somado ao Plano de Avenidas do prefeito Prestes Maia, o novo modal de transportes impactou a expansão do transporte por bondes. O Plano proposto trazia avenidas radiais assentadas sobre fundos de vale, promovendo remoções e deslocamentos de moradores das áreas atingidas, mas sem buscar destino e compensações apropriadas. Em consequência ao desinteresse na manutenção e expansão das linhas de bonde da São Paulo *Tramway Light and Power Company Limited*, as oficinas do Cambuci passam a ser lenta e gradualmente desativadas, para culminar em um abandono e (novo) vazio urbano.

O vazio e a memória

No entanto, a resiliência da população do Lavapés e Cambuci, constituía-se mormente de operários, imigrantes e negros, que sobreviviam com parcos salários e grandes esperanças, expressas em procissões ou sambas, desfilando sua resistência em ruas esburacadas e carente, conforme analisa Araújo:

[...] a Barra Funda, o Bexiga ou Bela Vista e o Glicério foram os principais redutos da população negra paulistana no início do século XX por estarem próximos à região central e aos poucos postos de trabalho que tinham acesso. Porém suas moradias localizavam-se nas partes menos valorizadas desses bairros, mais degradadas e acidentadas, como a parte alagadiça próxima ao córrego do Lavapés na Liberdade, chamada Várzea ou Baixada do Glicério. Ou seja, foram nas regiões mais carentes da cidade que surgiram as primeiras expressões negras carnavalescas da cidade de São Paulo, possivelmente por consequência das festas profano-religiosas promovidas nesses mesmos pontos [...] (Araújo, 2012, p. 19).

O samba que vem do Cambuci, graças à Escola de Samba Lavapés, uma das mais antigas de São Paulo, foi fundada em 1937 pelas mãos de Madrinha Eunice e Chico Pinga, porém perdeu suas raízes, já que atualmente realiza suas reuniões e ensaios em um Galpão no Bairro do Jabaquara, longe da sua origem, mas que ainda mantém a tradição (Araújo, 2012).

Outra escola se destaca, que ainda guarda suas raízes e permanece no Cambuci, o Colégio Nossa Senhora da Glória, antigo Externato Nossa Senhora da Glória, fundado em 1902, que sobrevive ao tempo e trata de suprir os vazios de

emprego e dos esquecimentos com uma formação intelectual, humana em seus mais de 100 anos de história.

Entretanto, o silêncio chegou aos galpões, pátios e o conjunto de oficinas de bondes das velhas lembranças, à rua do Lavapés – todos desapareceram deixando um grande vazio de mais de 100.000m² no centro do bairro (vide figura 4). O conjunto construído pela *Light & Co.*, foi vendido pela Eletropaulo e suas edificações foram demolidas em 2014 para abrigar um empreendimento imobiliário que ainda não se realizou – mais uma etapa do percurso tortuoso e alagadiço dos baixios e periféricos do Lava-pés. A sua demolição foi considerada legal, pois não havia nenhuma proteção municipal ou estadual sobre o imóvel.

Figura 4 – Foto aérea da área do Cambuci-Lavapés, de 2020 (editado pelo autor) com destaque para a localização da Oficina e Garagem da Cia *Light and Power* à Rua dos Lavapés e o Largo do Cambuci.



De início, príncipes e estudantes à procura do bucolismo passaram ao largo dos alagadiços no limiar do tecido urbano. Em seguida o Cambuci transforma-se quando se fixaram indústrias e operários, levando seus fluxos de capital e pessoas, contestados em ruas e revoltas. Em sequência, trabalho, música e fé celebram-se em sambas e atabaques. Porém, na retirada dos fluxos e indústrias os vazios de empregos e salários expõem a memória enraizada em gestos, pavimentos e paredes.

Se voltássemos os olhares ao contemporâneo território do Cambuci-Lavapés, não mais como fizeram os estudantes de Direito, no século XIX, que buscavam o bucólico na cidade sem atrativos, evitando este território. Hoje persiste a negação dos olhares sobre os baixios insalubres do Cambuci e Lavapés. Este território

persiste sem atrativos, à procura das promessas da modernidade industrial, quando, graças à sua produção, as suas benesses se estenderiam a todos e não mais aos poucos privilegiados, veríamos o vazio das promessas se espelhar no vazio deixado pela Cia. Light.

O olhar de *flâneur* de Charles Baudelaire, na Paris do séc. XIX, buscava sua modernidade perambulando por uma cidade que buscava ser “Luz”, a imagem do espaço cosmopolita, multifacetado e fascinante: “A forma de uma cidade muda mais rápido – ai de mim! que o coração de um mortal” (Baudelaire, 1964, p. 107, tradução própria). Diferentemente de Baudelaire, nosso *flâneur* atual vagaria por um território que mudou, para em nada mudar, já que o vazio permanece – salvo nos esquecimentos.

A memória salva-nos do esquecimento, daquelas práticas cotidianas dos operários, dos bondes e dos canhões, do samba e do boteco. Estas memórias contribuem para desvendar fatos da contemporaneidade, permitindo registros, preservar esperanças, tradições, hábitos e costumes, que permitem compreender os vínculos com aqueles que não são protagonistas, mas coadjuvantes na construção da história.

Estudamos espaços urbanos, monumentos e bairros, com eles compreendemos as relações sociais, enquanto expressão física do modelo econômico que as gera; protagonizadas pelo grupo social que as opera; implantadas sobre os tempos pretéritos, mantidos naqueles que vivem no limiar do esquecimento.

Referências

- AMERICANO, Jorge. *São Paulo naquele tempo 1895-1915*. 2. ed. São Paulo: Carrenho Editorial, 2004.
- ARAÚJO, Ligia Fernandes. A escola de samba Lavapés: um patrimônio cultural no Glicério. *Biblioteca Latino-Americana de Cultura e Comunicação*, v. 1, n. 1, p. 1-30, 2012.
- ATAÍDE, Marlene Almeida de. Fragmentos das memórias de moradores dos bairros do Cambuci e Ipiranga em São Paulo: (re)construção da história do tempo passado e do tempo presente. *Vozes dos Vales*, ano VI, nº 12, p. 1-23, 10/2017.
- AZEVEDO, Amailton Magno. Protagonistas negros do samba de São Paulo: vida comunitária, arte e racismo. *Fênix-Revista de História e Estudos Culturais*, v. 14, n. 2, p. 1-16, 2017.
- BARTALINI, Vladimir. Palcos e bastidores (ainda sobre córregos ocultos). *Pós. Revista do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAUUSP*, n. 28, p. 72-102, 2010.
- BAUDELAIRE, Charles. *Les fleurs du mal*. Paris: Garnier-Flammarion, 1964.
- BRUNO, Ernani Silva. *História e tradições da cidade de São Paulo*. 2. ed. Livraria José Olympio, 1954. v. 3.
- BURKE, Peter. *O que é história cultural?* Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.
- DIMENSTEIN, Gilberto; SOUZA, Okky de. *São Paulo, 450 anos Luz*. São Paulo: Editora Cultura, 2003.
- FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 11. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.
- FREHSE, Fraya. *O tempo das ruas na São Paulo de fins do império*. São Paulo: Edusp, 2005.
- FREITAS, Patricia Martins Santos. O grupo Santa Helena e o universo industrial paulista (1930-1940). *URBANA – Revista Eletrônica do Centro Interdisciplinar de Estudos da Cidade*, v. 3, n. 1, 2011.
- HUBNER, Beatriz Vilela; GALLONI, Fernanda Bueno; NEVES, Paloma Clemente; SILVA, Stela Mori Neri. Convênio Departamento do Patrimônio Histórico (DPH/SMC-SP) e Associação Escola da Cidade: caminho histórico Glória-Lavapés. *Cadernos de Pesquisa da Escola da Cidade*, n. 9, p. 157-178, 2020.
- KUVASNEY, Eliane. Os mapas como ‘operadores espaciais’ na construção da cidade de São Paulo do início do século XX. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, n. 64, p. 167-182, 2016.
- MOTA, Carlos Guilherme. Projeto Memória Oral. [Entrevista cedida a] Ana Elisa Antunes Viviani. Biblioteca Mário de Andrade, 2007.
- OLIVA, Jaime Tadeu; FONSECA, Fernanda Padovesi. O “modelo

- São Paulo”: uma descompactação antiurbanidade na gênese da metrópole. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, n. 65, p. 20-56, 2016.
- PALLAMIN, Vera. *Espaços urbanos no despontar da metrópole paulistana: cisões, transformações, usos e contrastes*. [S. l.]: [s. n.], 2015.
- PETRONE, Pasquale. São Paulo no século XX. In: AZEVEDO, Aroldo de (org.). *A cidade de São Paulo*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1958. (A Evolução Urbana, v. 2).
- SANTOS, Fábio Alexandre dos. Una empresa, varios negocios. La actuación de Light en la ocupación y valorización del suelo urbano de la ciudad de São Paulo (1900-1929). In: CONGRESO LATINOAMERICANO DE HISTORIA ECONÓMICA (CLADHE-II), 2., 2010, México. *Anais [...]*. México: Asociación Mexicana de História Económica (AMHE), 2010
- SÁVIO, Marco Antonio Cornacioni. Tecnologia e improviso. A inovação em ambientes de escassez: o caso das oficinas da Light & Power Co. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E SOCIEDADE – ESOCITE, 6., 2015, Rio de Janeiro. *Anais [...]*. [S. l.]: [s. n.], 2015.
- TOLEDO, Roberto Pompeu de. *A capital da vertigem: uma história de São Paulo de 1900 a 1954*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2015.
- VIRGÍLIO, Marcos. *São Paulo 1946-1957: representação da cidade na música popular*. São Paulo: biblioteca24horas, 2010.

Notas

- ¹ Marimbo: Jogo de baralho, com participação de e a 8 apostadores em que a dama de espadas é o trunfo de maior valor e em cujas partidas são usadas apenas três cartas na mão dos jogadores.
Vultrete: antigos jogos de baralho, com 40 cartas, realizado entre três parceiros, distribuindo 9 cartas a cada um, ficando 13 na mesa, que podem ser compradas durante a partida.
Lansquenete: Jogo de baralho de estratégia e escolhas, em que a habilidade é que conta para vencer e não a sorte.
- ² Conto disponível em: <https://lpti.ufsc.br/documentos/?action=download&cid=132281>. Acesso em: 22 mar. 2026.
- ³ Como resultado dos Relatórios da Comissão de Exame e Inspeção das habitações operárias- realizadas no distrito de Sta. Ifigênia – pela Secretaria dos Negócios de Interior do Estado de São Paulo (1893). Estes relatórios tinham uma visão higienista das habitações precárias ocupadas por trabalhadores autônomos, operários, ex-escravos e desempregados, que não ignoravam as condições precárias de habitação e higiene, nos cortiços, apenas por não lhes restar alternativa por lar e abrigo, senão o cortiço.
- ⁴ Tratamento popular ao Bonde de Segunda Classe que circulava ligando bairros operários às áreas industriais. Tem seu apelido ironizado na letra: “Muié véia sorterona / Cara de grande amargura / Vem na rua passeando / Mostrando sua feiura / É um bonde bem barato / É um bonde cara-dura” A Mulher e o Bonde – Letra e música de Alvarenga e Ranchinho
- ⁵ O Bairro Cambuci foi criado em 19/12/1906 pela Lei 1040-B.
- ⁶ As informações sobre a história da empresa podem ser encontradas na página inicial do site da cia.city, disponível em: <https://ciacity.com.br/>.
- ⁷ A linha 23 de Bonde da Light ligava o Centro ao final da Rua Silva Bueno no Ipiranga, era fundamental.